



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009596-49.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Requerente: **Jeferson Giovane Alves**  
 Requerido: **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada por **JEFERSON GIOVANE ALVES** contra o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO – DETRAN** e o **DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM DE SÃO PAULO-DER** alegando, em síntese, que foi instaurado Processo Administrativo objetivando cassar seu direito de dirigir, uma vez que, no período em que cumpria a suspensão, foi lançada em seu prontuário a autuação nº 1-H-378042-2. Alega que efetuou a venda da motocicleta relacionada com a infração para a empresa S&S Acessórios para Caminhões EPP, em 01/07/2015, sendo a infração de trânsito datada de 18/07/2015, portanto, em data posterior à alienação. Requer a declaração de nulidade do Processo Administrativo de Cassação do Direito de Dirigir nº 659/2015, alternativamente, requer seja determinada a transferência da pontuação para o real infrator, Tiago Carvalho Teixeira, CNH 02654327410.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 30/44.

Foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 68).

Contestação do DETRAN às fls. 78/86. Preliminarmente, alega ilegitimidade passiva, pois o auto de infração que deu origem ao processo de cassação foi lavrado pelo DER. No mérito, aduz que para que se possa considerar inválida uma autuação, ela deve ser reconhecida pela própria autoridade autuante, não se podendo, no âmbito do processo administrativo de cassação do direito de dirigir, rever ou anular autuações de outros órgãos. Argumenta que foi cometida infração durante o período de suspensão do direito de dirigir e, não indicado o condutor no prazo legal, a parte autora deve sofrer as consequências da penalidade aplicada. Requer o acolhimento da preliminar ou, caso ultrapassada, a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

improcedência do pedido. Juntou o documento de fls. 87.

Citado, o Departamento de Estrada de Rodagem - DER apresentou contestação (fls. 88/95). Preliminarmente, sustenta ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação. No mérito, alega, em síntese, que a transferência da motocicleta só ocorreu em 26/06/2017 apesar de assinado o documento em 2016, sendo o autor, nos termos do artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro, responsável solidário pelo pagamento da multa incidente pelo veículo. Sustenta, ainda, que foram enviadas as notificações, mas não houve indicação de condutor. Requer a extinção do processo sem julgamento do mérito ou a improcedência do pedido. Vieram documentos à fls. 96/106.

Réplica às fls.109/111.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

Não é o caso de se acolher a preliminar invocada pelo DETRAN. Isso porque, em relação à anulação do processo administrativo de cassação, é inequívoca a sua legitimidade.

Afasto, ainda, a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo DER, posto que a transferência dos pontos relativos ao AIT nº 1-H-378042-2 para o nome de Tiago Carvalho Teixeira está fundamentada não só, mas também, na nulidade do processo administrativo nele baseado.

No mérito, o pedido merece acolhimento.

O artigo 282 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece:

Art. 282. Aplicada a penalidade, será expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, que assegure a ciência da imposição da penalidade.

§ 1º A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo será considerada válida para todos os efeitos.

§ 2º A notificação a pessoal de missões diplomáticas, de repartições consulares de carreira e de representações de organismos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

internacionais e de seus integrantes será remetida ao Ministério das Relações Exteriores para as providências cabíveis e cobrança dos valores, no caso de multa.

§ 3º Sempre que a penalidade de multa for imposta a condutor, à exceção daquela de que trata o § 1º do art. 259, a notificação será encaminhada ao proprietário do veículo, responsável pelo seu pagamento.

§ 4º Da notificação deverá constar a data do término do prazo para apresentação de recurso pelo responsável pela infração, que não será inferior a trinta dias contados da data da notificação da penalidade.

§ 5º No caso de penalidade de multa, a data estabelecida no parágrafo anterior será a data para o recolhimento de seu valor.

O dispositivo, no *caput*, exige que a notificação se dê por meio que "assegure a ciência da imposição da penalidade", admitida porém a "remessa postal".

Não se exige, como se vê, o uso da carta registrada.

Regulamentando o dispositivo, dispõe a Res. CONTRAN nº 404/2012, em seu art. 3º, § 1º, que "quando utilizada a remessa postal, a expedição se caracterizará pela entrega da notificação da autuação pelo órgão ou entidade de trânsito à empresa responsável por seu envio".

Os documentos trazidos pelo correquerido DER comprovam a entrega das notificações da autuação pelo órgão de trânsito à agência de correios (fls. 99/100 e 103/104).

Tal contexto, aliado à ausência de qualquer informação no sentido de que teria havido o extravio ou a devolução da correspondência, firma prova razoável de que, efetivamente, as notificações foram entregues.

Esse panorama probatório a propósito da regular notificação não foi contrariado por qualquer elemento apresentado pela parte autora. Portanto, reputam-se regulares as notificações, sem violação às garantias do devido processo legal.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de São Paulo:

ATO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração de Trânsito. Afastada a pretensão do autor de desconstituí-lo, sob a alegação de não recebimento da notificação, eis que suficiente a comprovação da remessa postal do documento. Presunção de veracidade e de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

autenticidade dos atos administrativos não ilidida. Inteligência dos artigos 280 a 282 do Código de Trânsito Brasileiro. Precedentes. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. (Ap. 1002239-14.2015.8.26.0590, rel. Jarbas Gomes, 11ª Câmara de Direito Público, j. 07/02/2017)

Prosseguindo, o disposto no art. 19, § 3º da Res. Contran não tem o alcance pretendido pela parte autora. A flagrância não é requisito indispensável para a instauração do procedimento de cassação do direito de dirigir. O § 3º mencionado apenas está tratando de uma das hipóteses em que o referido procedimento pode ser instaurado, mas não é exaustivo. Aliás, o dispositivo infralegal não poderia ser interpretado de modo a restringir o sentido que emerge do próprio art. 263, I do CTB, que não condiciona a infração a qualquer situação de flagrância.

Por outro lado, prosseguindo no enfrentamento das razões deduzidas pelo autor, temos que o pedido está instruído com prova documental suficiente de que não era o autor, e sim Tiago Carvalho Teixeira, CNH 02654327410, o condutor do veículo (fl. 37).

A presunção de responsabilidade pela infração prevista no art. 257, § 7º do CTB "é meramente administrativa", podendo ser revertida judicialmente (STJ, AgRg no Ag 1370626/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 12/04/2011).

Em caso semelhante, decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo:

MANDADO DE SEGURANÇA – CNH – MULTA DE TRÂNSITO - TRANSFERÊNCIA DE PONTUAÇÃO ENTRE PRONTUÁRIOS - INDICAÇÃO DE CONDUTOR INTEMPESTIVAMENTE – Prazo definido no artigo 257, § 7º do Código de Trânsito Brasileiro é de natureza administrativa e não impede a assunção de responsabilidade pelo cometimento das infrações – Provas nos autos demonstram suficientemente não ter a autora transgredido regras de trânsito – Declaração de responsabilidade válida e apta, em consonância com demais elementos de convicção, a apontar a verdade dos fatos e afastar a presunção jurídica de autoria originada na esfera administrativa – Inafastabilidade da jurisdição - Entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça. Sentença que concedeu a ordem



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mantida. Reexame necessário e recurso do DETRAN não providos.  
 (Ap. 1014336-79.2015.8.26.0482, Rel. Leonel Costa, 8ª Câmara de  
 Direito Público, j. 07/02/2017).

Ante o exposto, julgo o processo com resolução do mérito e **PROCEDENTE** o  
 pedido, para o fim de declarar nula a penalidade de cassação do direito de dirigir do autor,  
 aplicada no Processo Administrativo nº 659/2015 e determinar a transferência das pontuações  
 do AIT nº 1-H 378042-2 para o prontuário de Tiago Carvalho Teixeira, CNH 02654327410.

Diante da plausibilidade do direito invocado, reconhecida nesta sentença e do  
 perigo de dano, antecipo os efeitos da tutela, da fase de cumprimento de sentença e determino  
 que se oficie à CIRETRAN, com cópia desta sentença, para as providências nela  
 determinadas.

Sem condenação do réu nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº  
 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

Cumpra-se na forma e sob as penas da lei, servindo esta decisão como  
 OFÍCIO, cuja entrega à CIRETRAN deverá ser providenciada pela parte autora, a título de  
 colaboração com o Juízo, em vista do crescente aumento do número de ações sobre a mesma  
 questão e o exíguo quadro de servidores.

**P.I.**

São Carlos, 20 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**